

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	93
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
<b>Total</b>	<b>38.571</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	2.135.250	2.200.098
1.01	Ativo Circulante	43.444	81.961
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.951	30.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.526	6.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.526	6.976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.967	44.979
1.01.08.03	Outros	6.967	44.979
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	6.894	42.941
1.01.08.03.03	Outros Créditos	73	2.038
1.02	Ativo Não Circulante	2.091.806	2.118.137
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	135.744	145.415
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121.443	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	121.226	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.039	8.781
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	10.039	8.781
1.02.02	Investimentos	1.947.792	1.964.198
1.02.02.01	Participações Societárias	1.947.792	1.964.198
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	22.356	30.958
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.799.417	1.814.395
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	126.019	118.845
1.02.03	Imobilizado	59	61
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	59	61
1.02.04	Intangível	8.211	8.463
1.02.04.01	Intangíveis	8.211	8.463
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.211	8.463

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	2.135.250	2.200.098
2.01	Passivo Circulante	4.460	54.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	973	899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	973	899
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	973	899
2.01.02	Fornecedores	1.727	1.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.727	1.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	58	4.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56	4.684
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	56	192
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	0	4.492
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.702	47.878
2.01.05.02	Outros	1.702	47.878
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.489	47.657
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	213	221
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.890
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.122.900	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	922.763	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	112.433	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	810.330	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.468
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.786	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	174.335	190.313

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	64.014	-9.363	117.186	-64.548
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.228	-13.333	-8.933	-17.697
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	18	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	71.242	3.952	126.119	-46.851
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.014	-9.363	117.186	-64.548
3.06	Resultado Financeiro	609	1.171	689	1.696
3.06.01	Receitas Financeiras	1.159	2.219	1.072	2.462
3.06.02	Despesas Financeiras	-550	-1.048	-383	-766
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.623	-8.192	117.875	-62.852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.623	-8.192	117.875	-62.852
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	64.623	-8.192	117.875	-62.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,58090	-0,20040	2,88370	-1,53760
3.99.01.02	PN	1,73900	-0,22050	3,17210	-1,69140
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,58090	-0,20040	2,88370	-1,53760
3.99.02.02	PN	1,73900	-0,22050	3,17210	-1,69140

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	64.623	-8.192	117.875	-62.852
4.03	Resultado Abrangente do Período	64.623	-8.192	117.875	-62.852

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.485	-13.943
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.524	-16.916
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	-8.192	-62.852
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	988	763
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.952	46.851
6.01.01.05	Despesa com Juros e Variações Monetárias	-368	-1.678
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.039	2.973
6.01.02.02	Outros Ativos	1.965	23
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	4.450	0
6.01.02.04	Fornecedores	442	3.673
6.01.02.05	Salários e Encargos	74	82
6.01.02.06	Tributos a pagar	-4.626	-823
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-1.258	-90
6.01.02.10	Outros Passivos	-8	108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	55.671	-12.381
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	0	-11.000
6.02.03	Partes Relacionadas	0	-15.300
6.02.04	Dividendos Recebidos	55.671	13.919
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-41.241	11.998
6.03.01	Partes Relacionadas	11.297	12.000
6.03.02	Dividendos Pagos	-52.538	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.945	-14.326
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.006	37.869
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.951	23.543

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.786	-15.978	-8.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.192	0	-8.192
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.978	-15.978	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.978	-15.978	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	7.786	174.335	2.122.900

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.886	-15.966	-62.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.852	0	-62.852
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.966	-15.966	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.966	-15.966	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-46.886	3.148	1.714.481

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.404	-4.411
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.422	-4.411
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	18	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.404	-4.411
7.04	Retenções	-988	-763
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-988	-763
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.392	-5.174
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.171	-44.389
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.952	-46.851
7.06.02	Receitas Financeiras	2.219	2.462
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.779	-49.563
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.779	-49.563
7.08.01	Pessoal	11.631	13.091
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	13.091
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	278	195
7.08.02.01	Federais	0	195
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	62	3
7.08.03.01	Juros	62	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.192	-62.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.192	-62.852

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	5.800.583	5.627.763
1.01	Ativo Circulante	1.914.535	1.674.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	635.318	664.506
1.01.03	Contas a Receber	771.483	788.205
1.01.03.01	Clientes	648.264	659.186
1.01.03.01.01	Clientes	1.003.004	1.013.828
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-354.740	-354.642
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	123.219	129.019
1.01.04	Estoques	9.709	11.958
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.121	98.957
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.121	98.957
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	437.904	110.444
1.01.08.03	Outros	437.904	110.444
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	6.894	2.771
1.01.08.03.04	Outros Créditos	431.010	107.673
1.02	Ativo Não Circulante	3.886.048	3.953.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.310.918	3.300.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121.443	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	121.226	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	8.470	10.130
1.02.01.03.01	Clientes	6.893	7.170
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.577	2.960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	286.379	316.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	286.379	316.517
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.890.364	2.836.892
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	25.368	10.418
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	145.298	143.761
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.719.698	2.682.713
1.02.02	Investimentos	184.367	181.471
1.02.02.01	Participações Societárias	184.367	181.471
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	58.348	62.626
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	126.019	118.845
1.02.03	Imobilizado	211.083	221.129
1.02.04	Intangível	179.680	250.920
1.02.04.01	Intangíveis	179.680	250.920
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	162.574	233.192
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	17.106	17.728

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	5.800.583	5.627.763
2.01	Passivo Circulante	1.450.613	1.491.660
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	111.966	109.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	111.966	109.474
2.01.02	Fornecedores	585.943	557.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	585.943	557.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	133.241	167.486
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47.685	84.470
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	31.174	47.633
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	9.902	28.652
2.01.03.01.03	Outros	6.609	8.185
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	83.966	82.667
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.590	349
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	270.225	204.317
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	266.298	199.686
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	266.298	199.686
2.01.04.02	Debêntures	3.927	4.631
2.01.05	Outras Obrigações	181.052	280.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.898	14.263
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.898	14.263
2.01.05.02	Outros	171.154	265.991
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.489	47.657
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	124.639	174.621
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	45.026	43.713
2.01.06	Provisões	168.186	172.275
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	168.186	172.275
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	168.186	172.275
2.02	Passivo Não Circulante	2.227.070	1.998.641
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	687.486	477.355
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	388.901	178.953
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	388.901	178.953
2.02.01.02	Debêntures	298.585	298.402
2.02.02	Outras Obrigações	178.886	114.634
2.02.02.02	Outros	178.886	114.634
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	176.411	112.159
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	9.128	13.633
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.128	13.633
2.02.04	Provisões	1.351.570	1.393.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.300.135	1.341.485
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.524	29.522
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	70.713	75.612
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	824.950	887.214
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	374.948	349.137
2.02.04.02	Outras Provisões	51.435	51.534
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	51.435	51.534

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.122.900	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	922.763	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	112.433	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	810.330	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	6.468
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.786	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	174.335	190.313

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.364.617	2.665.011	1.087.962	2.366.681
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.151.879	-2.399.019	-579.847	-1.870.465
3.03	Resultado Bruto	212.738	265.992	508.115	496.216
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-129.635	-259.156	-179.043	-373.228
3.04.01	Despesas com Vendas	-36.404	-74.638	-69.195	-107.342
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74.220	-154.444	-98.599	-194.966
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26.555	-45.735	-16.720	-83.226
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.544	15.661	5.471	12.306
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	83.103	6.836	329.072	122.988
3.06	Resultado Financeiro	-4.547	41.449	19.720	29.262
3.06.01	Receitas Financeiras	55.195	126.224	44.422	72.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.742	-84.775	-24.702	-43.473
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	78.556	48.285	348.792	152.250
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.933	-56.477	-230.917	-215.102
3.08.01	Corrente	-12.733	-30.846	-450	-3.425
3.08.02	Diferido	-1.200	-25.631	-230.467	-211.677
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.623	-8.192	117.875	-62.852
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	64.623	-8.192	117.875	-62.852
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	64.623	-8.192	117.875	-62.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,58090	-0,20040	2,88370	-1,53760
3.99.01.02	PN	1,73900	-0,22050	3,17210	-1,69140
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,58090	-0,20040	2,88370	-1,53760
3.99.02.02	PN	1,73900	-0,22050	3,17210	-1,69140

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	64.623	-8.192	117.875	-62.852
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	64.623	-8.192	117.875	-62.852
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	64.623	-8.192	117.875	-62.852

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-162.527	4.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	221.254	363.154
6.01.01.01	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	48.285	152.250
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	109.158	102.928
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	0	17.405
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-15.661	-12.306
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	30.066	16.453
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-23.750	-9.156
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	98	11.421
6.01.01.10	Juros Pagos	-31.132	-14.696
6.01.01.11	Contingências	20.815	60.421
6.01.01.13	Baixa de Ativos	1.401	0
6.01.01.14	Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	-2.914	0
6.01.01.17	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-31.886	-11.675
6.01.01.18	Realização de Provisão para Perdas	-14.086	-14.081
6.01.01.19	Despesa Atuarial	37.431	64.190
6.01.01.20	Baixa de Ativo Indenizatório	93.429	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-383.781	-358.198
6.01.02.02	Contas a Receber	16.901	294.066
6.01.02.03	Outros Ativos	-321.954	-585.537
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-1.537	4.432
6.01.02.05	Fornecedores	28.089	-156.644
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	2.492	-7.801
6.01.02.07	Tributos a Pagar	-41.341	17.476
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	14.270	-20.943
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	23.886	46.394
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	-3.052	138.041
6.01.02.12	Estoques	2.249	2.383
6.01.02.13	Passivo Atuarial	-103.784	0
6.01.02.15	Obrigações com Benefícios a Empregados	0	-90.065
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.159	-126.037
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-112.981	-133.351
6.02.05	Dividendos Recebidos	14.438	13.919
6.02.06	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	-3.616	-6.605
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	235.498	421.644
6.03.02	Partes Relacionadas	11.297	12.000
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-201.894	-234.919
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	478.633	330.367
6.03.05	Dividendos Pagos	-52.538	-2
6.03.07	Resgate de Fundo de Investimentos	0	16.343
6.03.08	Debêntures	0	300.000
6.03.19	Custo de Captação de Debêntures	0	-2.145
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29.188	300.563
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	664.506	172.740

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	635.318	473.303

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370	0	-6.370
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.370	0	0	-6.370	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.786	-15.978	-8.192	0	-8.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.192	0	-8.192	0	-8.192
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.978	-15.978	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.978	-15.978	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	7.786	174.335	2.122.900	0	2.122.900

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.886	-15.966	-62.852	0	-62.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.852	0	-62.852	0	-62.852
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.966	-15.966	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.966	-15.966	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-46.886	3.148	1.714.481	0	1.714.481

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	3.737.711	3.278.425
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.604.986	3.166.849
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	132.823	122.997
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-98	-11.421
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.289.255	-1.843.855
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.046.510	-1.513.276
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.008	-207.582
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	14.086	0
7.02.04	Outros	-132.823	-122.997
7.02.04.01	Custos refs. à construção de Ativos Permanentes	-132.823	-122.997
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.448.456	1.434.570
7.04	Retenções	-109.158	-88.847
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-109.158	-102.928
7.04.02	Outras	0	14.081
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.339.298	1.345.723
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	141.885	85.041
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.661	12.306
7.06.02	Receitas Financeiras	126.224	72.735
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.481.183	1.430.764
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.481.183	1.430.764
7.08.01	Pessoal	261.831	312.609
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.135.793	1.138.267
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	91.751	42.740
7.08.03.01	Juros	83.789	42.740
7.08.03.02	Aluguéis	7.962	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.192	-62.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.192	-62.852



## 1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro semestre de 2014 chegaram a R\$159,0 milhões ante R\$153,4 milhões em 2013, sendo 3,68% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30 de junho 2014		30 de junho 2013		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	153.916	96,81	135.883	88,61	13,27
Geração de Energia Elétrica	5.066	3,19	17.461	11,39	-70,99
<b>Total</b>	<b>158.982</b>	<b>100,00</b>	<b>153.344</b>	<b>100,00</b>	<b>3,68</b>

## 2. Mercado Acionário

As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o segundo trimestre de 2014 com desvalorização de 4,60%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) mantiveram o desempenho no mesmo período. O Índice Bovespa – IBOVESPA apresentou no trimestre valorização de 5,46%, e o Índice de Energia Elétrica – IEE valorizou-se em 13,27%, refletindo o resultado das empresas geradoras de energia elétrica e o aporte de capital proveniente do governo federal, através de empréstimo bancário, para as empresas distribuidoras liquidarem as exposições involuntárias no mercado de curto prazo e os elevados custos com compra de energia elétrica para revenda provenientes dos despachos de usina termelétrica.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2014 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30 de junho 2014	Desempenho *	
		Variação %	
		2º TRI 2014	Em 12 meses
<b>Celesc PN</b>	R\$15,54	-4,60%	-19,19%
<b>Celesc ON</b>	R\$39,82	0,00%	5,76%
<b>IBOVESPA</b>	53.168	5,46%	12,03%
<b>IEE</b>	28.133	13,27%	10,73%

Fonte: DEF/DPRI

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

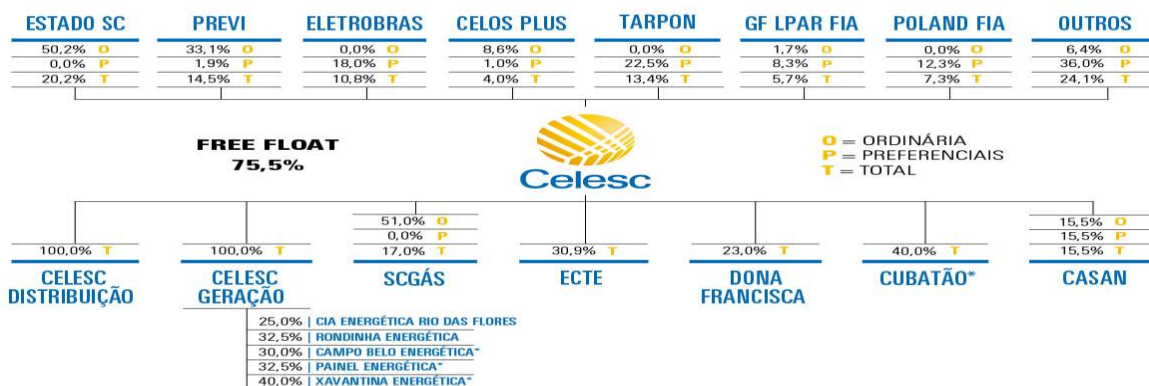
## 3. Valor de Mercado da Ação

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 30 de junho de 2014, conforme quadro demonstrado acima são: R\$39,82 para cada Ação Ordinária – ON e R\$15,54 para cada Ação Preferencial – PN.

## Comentário do Desempenho



Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de junho de 2014 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

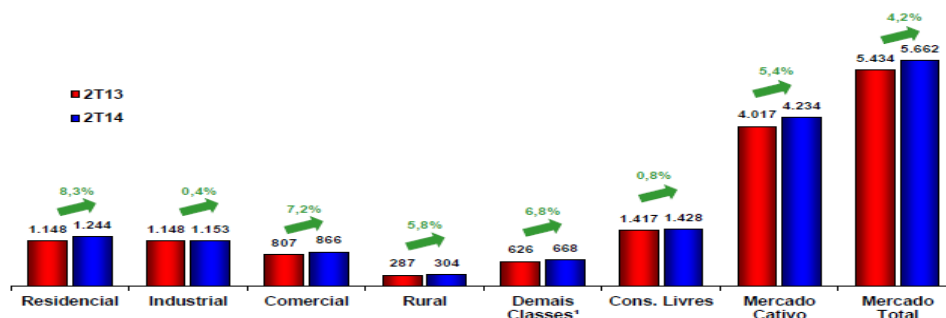
## 4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o segundo trimestre de 2014, com um quadro funcional de 3.175 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 1,42% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.130 empregados), em função de novas admissões ocorridas nos concursos públicos realizados em 2013 e 2014.

## 5. Balanço Energético

No segundo trimestre de 2014, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, atingiu 4.234 GWh representando aumento de 5,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que atingiu 4.017 GWh.

Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o crescimento foi de 4,2%, atingindo 5.662 GWh no primeiro trimestre de 2014 em comparação a 5.434 GWh no primeiro trimestre de 2013.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

## Comentário do Desempenho



### 6. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	2014		2013		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
					2014	2014	2013	2013	14-13	14-13
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)</b>										
Residencial	367.351	839.463	292.485	668.765	34,4%	37,4%	33,6%	35,3%	25,6%	25,5%
Industrial	307.869	561.083	255.817	505.703	28,8%	25,0%	29,4%	26,7%	20,3%	11,0%
Comercial	241.073	515.409	193.388	441.547	22,6%	23,0%	22,2%	23,3%	24,7%	16,7%
Rural	55.009	122.187	43.935	100.534	5,1%	5,4%	5,0%	5,3%	25,2%	21,5%
Poder Público	31.813	59.030	26.291	54.903	3,0%	2,6%	3,0%	2,9%	21,0%	7,5%
Iluminação Pública	23.148	45.978	18.146	37.448	2,2%	2,1%	2,1%	2,0%	27,6%	22,8%
Seviço Público	17.834	34.775	15.101	31.707	1,7%	1,6%	1,7%	1,7%	18,1%	9,7%
<b>Subtotal</b>	<b>1.044.097</b>	<b>2.177.925</b>	<b>845.163</b>	<b>1.840.607</b>	<b>97,7%</b>	<b>97,1%</b>	<b>97,1%</b>	<b>97,2%</b>	<b>23,5%</b>	<b>18,3%</b>
Suprimento	24.786	64.640	25.492	52.548	2,3%	2,9%	2,9%	2,8%	-2,8%	23,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.068.883</b>	<b>2.242.564</b>	<b>870.655</b>	<b>1.893.155</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>22,8%</b>	<b>18,5%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	1.243.654	2.813.403	1.148.378	2.475.423	29,4%	31,0%	28,6%	29,9%	8,3%	13,7%
Industrial	1.152.839	2.273.336	1.148.402	2.183.910	27,2%	25,1%	28,6%	26,4%	0,4%	4,1%
Comercial	865.633	1.903.016	807.445	1.732.979	20,4%	21,0%	20,1%	20,9%	7,2%	9,8%
Rural	303.630	691.345	287.059	619.754	7,2%	7,6%	7,1%	7,5%	5,8%	11,6%
Poder Público	105.429	217.039	96.399	194.729	2,5%	2,4%	2,4%	2,4%	9,4%	11,5%
Iluminação Pública	140.309	283.780	134.116	268.405	3,3%	3,1%	3,3%	3,2%	4,6%	5,7%
Serviço Público	77.723	162.121	77.499	157.006	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	0,3%	3,3%
<b>Subtotal</b>	<b>3.889.217</b>	<b>8.344.040</b>	<b>3.699.298</b>	<b>7.632.206</b>	<b>91,9%</b>	<b>92,1%</b>	<b>92,1%</b>	<b>92,2%</b>	<b>5,1%</b>	<b>9,3%</b>
Suprimento	344.514	718.570	317.577	641.742	8,1%	7,9%	7,9%	7,8%	8,5%	12,0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.233.731</b>	<b>9.062.610</b>	<b>4.016.875</b>	<b>8.273.948</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>5,4%</b>	<b>9,5%</b>
<b>Preço Médio Unitário do MWh em R\$</b>										
Residencial	295,38	298,38	254,69	270,16	119,8%	124,2%	121,1%	121,4%	16,0%	10,4%
Industrial	267,05	246,81	222,76	231,56	108,3%	102,7%	105,9%	104,1%	19,9%	6,6%
Comercial	278,49	270,84	239,51	254,79	112,9%	112,7%	113,8%	114,5%	16,3%	6,3%
Rural	181,17	176,74	153,05	162,22	73,5%	73,5%	72,7%	72,9%	18,4%	9,0%
Poder Público	301,75	271,98	272,73	281,95	122,4%	113,2%	129,6%	126,7%	10,6%	-3,5%
Iluminação Pública	164,98	162,02	135,30	139,52	66,9%	67,4%	64,3%	62,7%	21,9%	16,1%
Serviço Público	229,46	214,50	194,85	201,95	93,0%	89,3%	92,6%	90,8%	17,8%	6,2%
<b>Subtotal</b>	<b>268,46</b>	<b>261,02</b>	<b>228,47</b>	<b>241,16</b>	<b>108,9%</b>	<b>108,6%</b>	<b>108,6%</b>	<b>108,4%</b>	<b>17,5%</b>	<b>8,2%</b>
Suprimento	71,94	89,96	80,27	81,88	29,2%	37,4%	38,2%	36,8%	-10,4%	9,9%
<b>TOTAL</b>	<b>246,61</b>	<b>240,32</b>	<b>210,40</b>	<b>222,46</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>17,2%</b>	<b>8,0%</b>

Fonte: DCL

### 7. Desempenho Econômico Financeiro

O prejuízo líquido do primeiro semestre de 2014 apresentado pela Companhia foi de R\$8,2 milhões, que representa uma diminuição de 86,97%, se comparado ao mesmo período de 2013 (prejuízo líquido de R\$62,9 milhões).

## Comentário do Desempenho



Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de junho de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	30 de junho 2014	30 de junho 2013	AH
Receita Operacional Bruta - ROB	3.737.809	3.289.846	13,62%
Receita Operacional Líquida - ROL	2.665.011	2.366.681	12,61%
Resultado das Atividades	6.836	122.988	-94,44%
EBITDA Ajustado	100.866	211.013	-52,20%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	3,78%	8,92%	-5,13 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	-0,31%	-2,66%	2,35 p.p.
Resultado Financeiro	41.449	29.262	41,65%
Ativo Total	5.800.583	5.675.766	2,20%
Imobilizado	211.083	253.601	-16,77%
Patrimônio Líquido	2.122.900	1.714.481	23,82%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(8.192)	(62.852)	-86,97%

O Grupo encerrou o primeiro semestre de 2014 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$3.737,8 milhões aumento de 13,62% em relação a 2013 num valor de R\$3.289,8 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 12,61%, fechando o segundo trimestre de 2014 em R\$2.665,0 milhões em relação ao mesmo período de 2013 num valor de R\$2.366,7 milhões.

O EBITDA ajustado no primeiro semestre de 2014 atingiu o valor de R\$100,9 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 8,92% no primeiro semestre de 2013 para 3,78% em 2014.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

## Comentário do Desempenho



Conciliação do EBITDA	30 de	30 de
	junho	junho
	2014	2013
Lucro/Prejuízo líquido	(8.192)	(62.852)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	56.477	215.102
Resultado financeiro	(41.449)	(29.262)
Depreciação e amortização	108.116	102.108
	<b>114.952</b>	<b>225.096</b>
<b>(-) Efeitos Não Recorrentes</b>		
Reversão da Provisão de Perdas no Imobilizado em Controlada	(14.086)	(14.083)
<b>(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes</b>	<b>100.866</b>	<b>211.013</b>

## 8. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de junho 2014					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	1.918.600	8,33	2.176.200	5,64
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	993.152	6,40	8.307.959	36,05	9.301.111	24,11
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

Capital Social: R\$1.017.700.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

\*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

## 9. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2014 representando 21,01% do

## Comentário do Desempenho



Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 8.102.346 ações, na grande maioria ações preferenciais.

<b>Participação dos Investidores por Residência</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>%</b>
Investidores Estrangeiros	8.102.346	21,01
Investidores Nacionais	30.469.245	78,99

Fonte: DEF/DPRI

### 10. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

<b>Acionista</b>	<b>Ações ON</b>		<b>Ações PN</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Controlador	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Conselho de Administração	1	-	10	-	11	-
Diretoria Executiva	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	6.297.676	40,56	22.810.139	98,98	29.107.815	75,46
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

Fonte: DEF/DPRI

### 11. Ações em Circulação

<b>Descrição</b>	<b>Ações ON – CLSC3</b>		<b>Ações PN – CLSC4</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.676	40,56	22.810.139	98,98	29.107.815	75,46

Fonte: DEF/DPRI

### 12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64<sup>º</sup> “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

## Comentário do Desempenho



### 13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2014.

A Administração



## 1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2014.

Em 30 de junho de 2014, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
	Direta	Direta
<b>Controladas</b>		
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de junho 2014		31 de dezembro 2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas em Conjunto</b>				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25,00	-	25,00
Xavantina Energética S.A.	-	40,00	-	40,00
Bandeirante Energética S.A.	-	25,00	-	25,00
<b>Coligadas</b>				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00	-	40,00	-

## Notas Explicativas



## 1.1. Das Concessões

### a) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

### b) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,4	22/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,8	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,8	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,4	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,5	(i)
<b>Total da Capacidade Instalada</b>		<b>106,7</b>	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

## Notas Explicativas



Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
<b>Total da Capacidade Instalada</b>		<b>95,8</b>	

Conforme definido no Decreto Presidencial – DP nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial MME – MF nº 580, de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Em 06 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578/2012, e a Portaria Interministerial MME – MF nº 580/2012.

O MME, por meio da Portaria nº 578/2012, definiu as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP nº 579/12, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, incluindo os custos de operação, manutenção e administração, entre outros.

No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc G:

Central Geradora	Localidade	Potência p/ efeito de definição da GAG (MW)	Tarifa (R\$/kWano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	192,37890
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	226,23572

Essas usinas representam 89,7% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

**Notas Explicativas**

A Administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Companhia ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela referida MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF-4 (Porto Alegre/RS).

Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

**b.1. Novos Projetos****b.1.1. Novos Projetos de Fontes Alternativas**

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias, visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1.000 MW em empreendimentos de geração até 2030.

**b.1.2. Novos Projetos Hidráulicos**

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito. A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60

**Notas Explicativas**

meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida do total dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração, de 6,19%.

<b>PCH</b>	<b>Valor das Parcelas UBP</b>	<b>Concessão até</b>
Garcia	22,5	07/07/2015
Ivo Silveira	6,0	07/07/2015
Cedros	21,4	07/11/2016
Salto	16,7	07/11/2016
Bracinho	25,3	07/11/2016
Pery	52,3	09/07/2017
Celso Ramos	12,0	23/11/2021

### **c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

### **d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

**Notas Explicativas**

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo MME.

A controlada em conjunto ECTE, detém concessão por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88 de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 30 anos.

**e) Legislações Aplicáveis as Concessões****i) Medida Provisória – MP nº 579 de 11 de Setembro de 2012, convertida em Lei Federal nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013**

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

A referida Lei teve como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%\*, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação e/ou redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a Lei nº 12.783/2013 definiu a redução das tarifas pela eliminação e/ou redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013.

Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

---

\* Informações referentes aos percentuais de redução decorrentes da MP nº 579/2012 não foram auditadas.

**Notas Explicativas**

Para as concessionárias de geração, conforme Lei nº 12.783/2013, a renovação das concessões estava condicionada à aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela Lei nº 12.783/2013, em regime de cotas, para as distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

Ademais, a Lei nº 12.783/2013 estabelece que quando da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

**ii) Decreto nº 7.891 de 23 de Janeiro de 2013 alterado pelos Decretos nº 7.945 de 07 de Março de 2013 e nº 8.221 de 01 de Abril de 2014 – Aporte CDE**

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012, 2013 e início de 2014.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não possuem gestão sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945/13 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% (cento e três por cento) para 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

**Notas Explicativas****Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (Segurança Energética – ESS); e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$66.308, registrado como redutora do Custo com Energia Elétrica na Rubrica Energia de Curto Prazo.

Para o item (iv), o governo federal emitiu em 1º de abril de 2014, o Decreto nº 8.221 onde dispõe que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criou e mantém a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 22 de abril de 2014 a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 142 – SRE/ANEEL e Despacho nº 1.256, fixou para a Celesc D o montante de R\$332.629 para cobertura dos Custos de Exposição Involuntária e dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D termoeletricos da competência de fevereiro de 2014. Em 05 de maio de 2014 a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.378, fixou o montante de R\$159.980 para cobertura CCEAR-D termoeletricos da competência de março de 2014. Em 9 de maio de 2014 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.443 que alterou o Despacho nº 1.378/14, fixando o valor para cobertura no montante de R\$196.970.

Em 02 de junho de 2014 a ANEEL divulgou o valor do repasse da CONTA-ACR, para cobertura CCEAR-D termoeletricos, referente à competência de abril de 2014, por meio da Nota Técnica nº 182 – SRE/ANEEL, no montante de R\$110.655. O valor foi repassado em 09 de junho de 2014.

Em 07 de julho de 2014 a ANEEL, por meio Nota Técnica nº 66, determinou o diferimento da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo – MCP, no âmbito da CCEE, para as distribuidoras relativo ao repasse da Conta ACR, referente ao mês de maio de 2014. O valor repassado à Celesc D é de R\$137.286. Este valor foi deliberado e convalidado no Despacho nº 2.415, de 9 de julho de 2014.

Em 05 de agosto de 2014 a ANEEL, por meio Despacho nº 3.017, determinou o repasse da Conta

**Notas Explicativas**

**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

ACR, referente ao mês de junho de 2014. O valor repassado à Celesc D é de R\$31.372.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida de redução do custo com energia elétrica na Rubrica de Energia de Curto Prazo, vide Nota Explicativa 27.2.

### **iii) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE**

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31.801, competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, vide Nota Explicativa 27.1.

De acordo com o cronograma inicial a Celesc D iria receber os valores homologados pela referida Resolução até o 10º dia útil do mês subsequente. Porém, a Eletrobras não tem cumprido com o cronograma, repassando em 27 de junho de 2014 o valor de R\$31.801 referente a dezembro de 2013.

<b>Valor Mensal da Subvenção da CDE para Custear Descontos Tarifários</b>	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
<b>Total</b>	<b>31.801</b>

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na Rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

#### **2.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas**

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting*

**Notas Explicativas**

*Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

**2.1.2. Informações Trimestrais Individuais**

As ITR Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR e são divulgadas em conjunto com as Informações Trimestrais Consolidadas.

**2.2. Base de Mensuração****2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

**2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

**a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros**

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

**b) Benefícios de Planos de Pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são

**Notas Explicativas**

determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

**c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

**d) Contingências**

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

**e) Impairment de Ativos Não Financeiros**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

**Notas Explicativas****f) Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

**2.3. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas**

Em 2013 as seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo *IASB*:

*IFRIC 21* – "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

*IFRS 9* – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O *IFRS 9* foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do *IAS 39* relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

O *IFRS 9* requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo *IAS 39*. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

*IAS 36* – "Impairment de Ativos", exige a divulgação da quantia recuperável de um ativo ou UGC quando uma perda por *impairment* foi reconhecida ou revertida; e exige a divulgação detalhada de como o valor justo menos os custos de alienação foi calculado quando uma perda por *impairment* foi reconhecida ou revertida. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

*IAS 32* – "Instrumentos Financeiros", as modificações não alteram o modelo de compensação do *IAS 32*, que exige que uma Companhia para compensar um ativo financeiro e passivo financeiro no balanço patrimonial somente o faça quando esta possui atualmente um direito legal de

**Notas Explicativas**

compensação e pretende liquidar o ativo e passivo em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas demonstrações financeiras, exceto pelo apresentado na NE 2.3.

### **4. Gestão de Risco Financeiro**

#### **4.1. Fatores de Risco Financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

#### **4.2. Risco de Mercado**

##### **4.2.1. Risco Cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

##### **4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações

**Notas Explicativas**

nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

**4.3. Risco de Crédito**

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

**4.4. Risco de Liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

## Notas Explicativas



		<b>Consolidado</b>		
	<b>Taxas</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
CDI		10,74%		
<b>30 de junho de 2014</b>				
Empréstimos - Não descontado				
Empréstimo Bancário	7,55% a.a.	72.221	-	-
Empréstimo Bancário	116% e 121,5% do CDI	154.670	332.922	-
Eletrobras	5% a.a.	47.383	118.452	10.016
Finame	2,5% a 8,7% a.a.	5.075	23.103	13.954
Debêntures - Não descontado	DI + 1,30% a.m.	4.133	256.276	166.542
Fornecedores		585.943	-	-
<b>Total Passivo</b>		<b>869.424</b>	<b>730.753</b>	<b>190.512</b>
Contas a receber		771.483	6.893	-
Caixa e equivalente de caixa		635.318	-	-
Conta Amb. Contr Regulada (Conta ACR) Dec. 8221/14		168.658		
<b>Total Ativo</b>		<b>1.575.459</b>	<b>6.893</b>	<b>-</b>
				<b>1.582.352</b>

## 4.5. Riscos Operacionais

### 4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

### 4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica. Para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

### 4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

## Notas Explicativas



Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2014:

<u>Premissas</u>	<u>Efeitos das Contas sobre o Resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>(Cenário I)</u>	<u>(Cenário II)</u>	<u>(Cenário III)</u>
<b>CDI<sup>2</sup> (%)</b>			<b>10,74</b>	<b>13,43</b>	<b>16,11</b>
	Aplicações Financeiras	577.973	62.074	77.593	93.111
	Contas a Receber Não Circulante	6.893	740	925	1.110
	Empréstimos	390.468	41.936	52.420	62.904
	(-) Debêntures	(302.512)	(32.490)	(40.612)	(48.735)
<b>IGP-M<sup>3</sup> (%)</b>			<b>6,25</b>	<b>7,81</b>	<b>9,38</b>
	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.557.447	159.840	199.737	239.889

#### 4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

<sup>2</sup> Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT X14 com vencimento em 03/11/2014 – (fechamento 17/07/2014)

<sup>3</sup> IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	30 de	Consolidado
	junho	31 de
	2014	dezembro
		2013
Total dos Empréstimos	655.199	378.639
Debêntures	302.512	303.033
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(635.318)	(664.506)
Dívida Líquida	322.393	17.166
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.122.900</b>	<b>2.137.462</b>
<b>Total do Capital</b>	<b>2.445.293</b>	<b>2.154.628</b>
Índice de Alavancagem Financeira (%)	13,18%	0,80%

#### 4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2014. A companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Nível 3	Consolidado Saldo total
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>		
Ações	121.226	121.226
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.719.698	2.719.698
Outros	217	217
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.841.141</b>	<b>2.841.141</b>

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado Saldo total
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>		
Ações	121.226	121.226
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.682.713	2.682.713
Outros	217	217
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.804.156</b>	<b>2.804.156</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 11).

## 5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de junho de 2014.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e Equivalentes	-	635.318	-	-	635.318
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.719.698	-	2.719.698
Contas a Receber de Clientes	-	1.269.244	-	-	1.269.244
Conta-ACR (NE 10)	-	168.658	-	-	168.658
CCEAR-D (NE 10)	-	190.803	-	-	190.803
Outros	-	-	217	-	217
	<b>121.226</b>	<b>2.264.023</b>	<b>2.719.915</b>		<b>5.105.164</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	-	-	-	585.943	585.943
Empréstimos	-	-	-	655.199	655.199
Debêntures	-	-	-	302.512	302.512
	-	-	-	<b>1.543.654</b>	<b>1.543.654</b>

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2013.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e Equivalentes	-	664.506	-	-	664.506
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.682.713	-	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	-	1.286.145	-	-	1.286.145
Outros	-	-	217	-	217
	<b>121.226</b>	<b>1.950.651</b>	<b>2.682.930</b>		<b>4.754.807</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	-	-	-	557.854	557.854
Empréstimos	-	-	-	378.639	378.639
Debêntures	-	-	-	303.033	303.033
	-	-	-	<b>1.239.526</b>	<b>1.239.526</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## 6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	592.264	634.820
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	136.678	117.217
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	540.302	534.108
	<b>1.269.244</b>	<b>1.286.145</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Recursos em Banco e em Caixa	1.424	2.741	57.345	49.017
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	32.527	27.265	577.973	615.489
	<b>33.951</b>	<b>30.006</b>	<b>635.318</b>	<b>664.506</b>

As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

## 8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Valor Justo por Meio de Resultado</b>				
Ações Casan <sup>4</sup>	121.226	121.226	121.226	121.226
<b>Disponível para Venda</b>				
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>121.443</b>	<b>121.443</b>	<b>121.443</b>	<b>121.443</b>

### 8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2013, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$121.226.

Em 2014, a Companhia avaliou potenciais indicadores de *impairment* para investimentos na Casan, não os tendo identificado. Desta forma, em 30 de junho de 2014 o investimento está avaliado pelo mesmo valor de 31 de dezembro de 2013, o qual foi avaliado pelo método do fluxo de caixa descontado utilizando taxa de desconto de 16,06%.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia irá preparar nova avaliação completa deste investimento.

<sup>4</sup> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

## Notas Explicativas



## 9. Contas a Receber de Clientes

## a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Consumidores</b>					
Residencial	178.693	67.305	58.584	304.582	280.227
Industrial	187.485	33.725	336.318	557.528	567.787
Comércio, Serviços e Outros	115.077	21.870	80.084	217.031	209.063
Rural	26.871	4.534	6.911	38.316	40.703
Poder Público	18.504	2.543	33.854	54.901	58.144
Iluminação Pública	14.673	152	15.250	30.075	30.209
Serviço Público	11.016	313	1.011	12.340	12.126
	<b>552.319</b>	<b>130.442</b>	<b>532.012</b>	<b>1.214.773</b>	<b>1.198.259</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>					
Concessionárias e Permissionárias	16.885	1.409	2.650	20.944	38.576
Transações no âmbito da CCEE	22.572	-	-	22.572	37.593
Outros Créditos	488	4.827	5.640	10.955	11.717
	<b>39.945</b>	<b>6.236</b>	<b>8.290</b>	<b>54.471</b>	<b>87.886</b>
	<b>592.264</b>	<b>136.678</b>	<b>540.302</b>	<b>1.269.244</b>	<b>1.286.145</b>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(490.868)	(490.770)
				<b>778.376</b>	<b>795.375</b>
<b>Circulante</b>				<b>771.483</b>	<b>788.205</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>6.893</b>	<b>7.170</b>

## b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Consumidores</b>		
Residencial	51.092	53.791
Industrial	187.026	184.940
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	59.494	58.931
Rural	4.775	5.229
Poder Público	32.128	31.842
Iluminação Pública	14.683	14.397
Serviço Público	959	929
Concessionárias e Permissionárias	1.109	1.109
Outros	3.474	3.474
	<b>490.868</b>	<b>490.770</b>
<b>Circulante</b>	<b>354.740</b>	<b>354.642</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>136.128</b>	<b>136.128</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**b.1) Movimentação**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	490.770
Provisão Constituída no Período	5.420
Baixas de Contas a Receber	(5.322)
Saldo em 30 de junho de 2014	490.868

**b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil**

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

## Notas Explicativas



## 10. Outros Ativos Circulantes

	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Outros Créditos a Receber</b>		
Dividendos	6.894	2.771
Conta Amb. Contr. Regulada (conta – ACR) Dec.. 8221/14	168.658	
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	190.803	31.801
Pessoal a disposição	6.707	2.020
Adiantamento Proinfa	11.359	11.359
Adiantamentos Diversos	2.211	2.038
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	19.751	17.745
Compartilhamento de Infraestrutura	13.749	13.749
Programa Baixa Renda	2.462	3.724
Outras contas	15.310	25.237
	<b>437.904</b>	<b>110.444</b>

## 11. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Em Serviço</b>	<b>2.557.447</b>	<b>2.367.854</b>
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.557.447	2.367.854
<b>Em Curso</b>	<b>162.251</b>	<b>314.859</b>
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	162.251	314.859
<b>Total</b>	<b>2.719.698</b>	<b>2.682.713</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.719.698</b>	<b>2.682.713</b>

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

## a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.682.713</b>
(+) Novas Aplicações	98.528
(-) Resgate	(15.443)
(-) Baixa Ultrapassagem de Demanda e Excedentes Reativos	(77.986)
(+) Ajuste VNR	31.886
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>2.719.698</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

(i) A Companhia reconheceu no período de seis meses, findo em junho de 2014, o montante de R\$31.886, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M.

## 12. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
ICMS <sup>5</sup>	-	-	39.737	45.223
PIS e COFINS <sup>6</sup>	-	-	397	384
IRPJ e CSLL <sup>7</sup>	2.425	6.875	42.504	61.144
Outros	101	101	2.851	2.624
<b>Total</b>	<b>2.526</b>	<b>6.976</b>	<b>85.489</b>	<b>109.375</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.526</b>	<b>6.976</b>	<b>60.121</b>	<b>98.957</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.368</b>	<b>10.418</b>

## 13. Transações com Partes Relacionadas

### a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	10.929
	<b>15.191</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	<b>4.262</b>
Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
<b>Em 30 de junho de 2013</b>	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	1.703
	<b>1.703</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	479
	<b>479</b>

<sup>5</sup> Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

<sup>6</sup> Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

<sup>7</sup> Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição					<b>Consolidado</b>
	<b>Tributos a Recolher</b>	<b>Tributos a Compensar</b>	<b>Contas Receber por Vendas</b>	<b>Outros Créditos de Partes Relacionadas</b>	<b>Outros Passivos de Partes Relacionadas</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>					
Governo do Estado de SC					
ICMS	82.559	45.223	-	-	-
Contas a Receber	-	-	5.806	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	10.929	-
Celos	-	-	-	-	14.263
	<b>82.559</b>	<b>45.223</b>	<b>5.806</b>	<b>15.191</b>	<b>14.263</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>					
Governo do Estado de SC					
ICMS	83.965	39.662	-	-	-
Contas a Receber	-	-	4.609	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	9.898
	<b>83.965</b>	<b>39.662</b>	<b>4.609</b>	<b>4.262</b>	<b>9.898</b>

Descrição	<b>Consolidado</b>		
	<b>Tributos/ Deduções da Receita</b>	<b>Receita de Vendas</b>	<b>Receitas Financeiras</b>
<b>Em 30 de junho de 2013</b>			
Governo do Estado de SC	570.288	-	-
Receita de Vendas	-	20.424	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	1.703
	<b>570.288</b>	<b>20.424</b>	<b>1.703</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>			
Governo do Estado de SC			
ICMS	679.682	-	-
Receita de Vendas	-	24.508	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	479
	<b>679.682</b>	<b>24.508</b>	<b>479</b>

**(i) Rede Subterrânea**

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

## Notas Explicativas

**(ii) SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR**

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês.

Em 30 de junho de 2014, em cumprimento ao 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida, a dívida foi quitada.

**b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração**

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Administradores</b>				
Honorários	2.259	3.250	2.259	3.251
Encargos Sociais	671	961	671	967
Outros	63	168	63	171
	<b>2.993</b>	<b>4.379</b>	<b>2.993</b>	<b>4.389</b>

**14. Investimentos em Controladas e Coligadas**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Controladas</b>				
Celesc D	1.468.725	1.538.756	-	-
Celesc G	330.692	275.639	-	-
	<b>1.799.417</b>	<b>1.814.395</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>				
SCGÁS	86.615	82.179	86.615	82.179
ECTE	39.404	36.666	39.404	36.666
	<b>126.019</b>	<b>118.845</b>	<b>126.019</b>	<b>118.845</b>
<b>Coligadas</b>				
DFESA	22.356	30.958	22.356	30.958
SPEs <sup>8</sup>	-	-	35.992	31.668
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<b>22.356</b>	<b>30.958</b>	<b>58.348</b>	<b>62.626</b>
	<b>1.947.792</b>	<b>1.964.198</b>	<b>184.367</b>	<b>181.471</b>

<sup>8</sup> Sociedade de Propósito Específico.

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**a) Informações sobre Investimentos**

Descrição						<b>Controladora</b>
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
		Ordinárias	Capital Social			
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.538.756	4.960.358	149.258
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	275.639	325.152	17.228
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	222.159	370.923	31.424
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(4)
<b>Em 30 de junho de 2014</b>						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.468.725	5.086.077	(68.968)
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	330.692	381.274	55.053
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.583	355.487	25.990
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	252.569	403.932	30.410
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	97.072	302.505	20.279
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(46)

Descrição						<b>Consolidado</b>
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
		Ordinárias	Capital Votante			
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	222.159	370.923	31.424
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(4)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	60.667	76.473	(211)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.500	5.500	(23)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.030	6.442	(49)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.205	25,00%	25,00%	29.435	61.921	955
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	2.490	2.531	-
<b>Em 30 de junho de 2014</b>						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.583	355.487	25.990
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	252.569	403.932	30.410
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	97.072	302.505	20.279
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(46)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	61.699	61.801	(7.873)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.498	5.498	(13)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.025	6.438	(33)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.205	25,00%	25,00%	30.892	49.729	1.467
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	11.556	11.705	-

## Notas Explicativas



## b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					Total
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.538.756</b>	<b>275.639</b>	<b>36.666</b>	<b>82.179</b>	<b>30.958</b>	<b>1.964.198</b>
Integralizações	-	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Creditados	(1.063)	-	(5.289)	-	(13.357)	(19.709)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(68.968)	55.053	8.027	5.170	4.670	3.952
Reversão de Dividendos	-	-	-	-	85	85
<b>Em 30 de junho 2014</b>	<b>1.468.725</b>	<b>330.692</b>	<b>39.404</b>	<b>86.615</b>	<b>22.356</b>	<b>1.947.792</b>

Descrição	Consolidado				Total
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>36.666</b>	<b>82.179</b>	<b>30.958</b>	<b>31.668</b>	<b>181.471</b>
Integralizações	-	-	-	3.616	3.616
Dividendos e JCP Creditados	(5.289)	-	(13.357)	-	(18.646)
Amortização Ágio – Concessão	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.027	5.170	4.670	(2.206)	15.661
Reversão de Dividendos	-	-	85	-	85
Outros Ajustes	-	-	-	2.914	2.914
<b>Em 30 de junho 2014</b>	<b>39.404</b>	<b>86.615</b>	<b>22.356</b>	<b>35.992</b>	<b>184.367</b>

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

## 15. Imobilizado

## a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>7.072</b>	<b>43.141</b>	<b>1.895</b>	<b>10.537</b>	<b>218</b>	<b>158.266</b>	<b>221.129</b>
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.129	158.266	442.810
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.386)	(78)	-	(118.894)
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.420)	(833)	-	(102.787)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>7.072</b>	<b>43.141</b>	<b>1.895</b>	<b>10.537</b>	<b>218</b>	<b>158.266</b>	<b>221.129</b>
<b>Adições</b>	-	-	-	-	-	691	691
Depreciação	-	(19.293)	(731)	(4.803)	(71)	-	(24.898)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	75	75
Provisão para Perdas (i)	-	11.099	408	2.555	24	-	14.086
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>7.072</b>	<b>34.947</b>	<b>1.572</b>	<b>8.289</b>	<b>171</b>	<b>159.032</b>	<b>211.083</b>
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.129	159.032	443.576
Provisão para Perdas (i)	(12.964)	(72.902)	(2.057)	(16.831)	(54)	-	(104.808)
Depreciação Acumulada	-	(77.175)	(9.383)	(40.223)	(904)	-	(127.685)
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>7.072</b>	<b>34.947</b>	<b>1.572</b>	<b>8.289</b>	<b>171</b>	<b>159.032</b>	<b>211.083</b>

## Notas Explicativas



(i) A provisão para perdas registrada no montante de R\$104.808 em 30 de junho de 2014 é resultado da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto) conforme decisão em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2012, mencionada na nota explicativa 1.1.

## 16. Intangível

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro 2013	Amortizações	30 de junho 2014
Contrato de Concessão ECTE	8.463	(252)	8.211

Descrição	Contratos de Concessão (a)				Uso do Bem Público (b)	Total
	Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G		
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>233.192</b>	<b>4.258</b>	<b>8.463</b>	<b>5.007</b>	<b>250.920</b>	
Custo Total	960.353	4.802	14.248	5.007	984.410	
Amortização Acumulada	(727.161)	(544)	(5.785)	-	(733.490)	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>233.192</b>	<b>4.258</b>	<b>8.463</b>	<b>5.007</b>	<b>250.920</b>	
Adições	13.003	759	-	-	13.762	
Baixas	(1.401)	-	-	-	(1.401)	
Amortizações	(82.220)	(272)	(252)	(782)	(83.526)	
Transferências	-	(75)	-	-	(75)	
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>162.574</b>	<b>4.670</b>	<b>8.211</b>	<b>4.225</b>	<b>179.680</b>	
Custo Total	971.955	5.486	14.248	5.007	996.696	
Amortização Acumulada	(809.381)	(816)	(6.037)	(782)	(817.016)	
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>162.574</b>	<b>4.670</b>	<b>8.211</b>	<b>4.225</b>	<b>179.680</b>	
Taxa Média de Amortização %	8%					

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

## a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

**Notas Explicativas**

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

**b) Uso do Bem Público**

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

**17. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL****a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos**

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Diferenças Temporárias</b>						
Provisão para Contingências	128.751	121.251	-	-	128.751	121.251
Provisão para Perdas em Ativos	83.958	88.480	-	-	83.958	88.480
Benefício Pós-Emprego	166.231	190.595	-	-	166.231	190.595
Custo Atribuído	-	-	45.826	54.057	(45.826)	(54.057)
IRPJ e CSLL s/ Prej. Fiscal	24.284	24.284	-	-	24.284	24.284
RTE	74.839	74.839	-	-	74.839	74.839
Efeitos ICPC 01	-	-	69.537	67.511	(69.537)	(67.511)
Efeitos CPC 38	-	-	85.073	74.231	(85.073)	(74.231)
Outras provisões	-	-	376	766	(376)	(766)
	<b>478.063</b>	<b>499.449</b>	<b>200.812</b>	<b>196.565</b>	<b>277.251</b>	<b>302.884</b>

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
	Ativo	286.379
Passivo	(9.128)	(13.633)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>277.251</b>	<b>302.884</b>

## b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Lucro antes do IRPJ e a CSLL</b>	<b>(8.192)</b>	<b>(62.852)</b>	<b>48.285</b>	<b>152.250</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e SCLL</b>	<b>2.785</b>	<b>21.370</b>	<b>(16.417)</b>	<b>(51.765)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	1.344	(15.929)	5.325	(4.262)
Benefício Fiscal	-	-	174	(2.563)
Incentivo Fiscal	-	-	109	(39)
Juro Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Provisões Indedutíveis	(320)	-	(1.035)	1.199
Multas Indedutíveis	-	-	2.678	(6.132)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal não Constituído	(3.665)	-	(15.350)	-
Participação dos Administradores	(146)	(152)	(146)	(172)
Depreciação / Baixas VNR	-	-	-	-
Repasso CDE	-	-	-	193.633
Ultrapassagem da demanda	-	-	(33.971)	-
Outras Adições (Exclusões)	2	(5.289)	2.156	85.203
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(56.477)</b>	<b>215.102</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30.846)</b>	<b>3.425</b>
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25.631)</b>	<b>211.677</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-116,97%</b>	<b>141,28%</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**18. Fornecedores**

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Energia Elétrica	403.181	327.809
Encargos de Uso da Rede Elétrica	26.954	28.485
Materiais e Serviços	44.990	78.985
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	110.818	122.575
	<b>585.943</b>	<b>557.854</b>

**19. Empréstimos e Financiamentos**

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Empréstimos Bancários (a)	116 a 121,5 CDI	390.468	-
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	69.640	163.397
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	158.939	177.591
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	36.152	37.651
<b>Total</b>		<b>655.199</b>	<b>378.639</b>
<b>Circulante</b>		<b>266.298</b>	<b>199.686</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>388.901</b>	<b>178.953</b>

**a) Empréstimos Bancários**

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89,0 mil a taxa de 7,55% a.a. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 11 de março de 2014, nova autorização do Conselho de Administração para captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90,0 mil junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300,0 mil junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

**b) Eletrobras**

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**c) Finame**

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50,0 mil, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

**19.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Ano 2015 - 1T-2T	-	35.414
Ano 2015 - 3T-4T	155.913	25.888
Ano 2016	153.169	38.119
Ano 2017	30.813	30.763
Ano 2018	20.772	20.721
Ano 2019	14.506	14.455
Ano 2020+	13.728	13.593
	<b>388.901</b>	<b>178.953</b>

**19.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos**

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>199.686</b>	<b>178.953</b>	<b>378.639</b>
Ingressos	88.230	390.403	478.633
Encargos Provisionados	14.610	-	14.610
Transferências	180.455	(180.455)	-
Amortizações de Principal	(201.894)	-	(201.894)
Pagamentos de Encargos	(14.789)	-	(14.789)
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>266.298</b>	<b>388.901</b>	<b>655.199</b>

## Notas Explicativas

**20. Debêntures**

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

Descrição	Consolidado
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>303.033</b>
Atualização Monetária	15.639
Pagamentos	(16.343)
Custos na Emissão de Debêntures	183
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>302.512</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.927</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>298.585</b>

**21. Tributos e Contribuições Sociais****a) Composição**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
ICMS	-	-	83.966	82.667
PIS e COFINS	-	4.492	9.902	28.652
REFIS (i)	-	104	-	104
IRPJ e CSLL	-	-	31.174	47.633
INSS Parcelamento	-	-	2.156	2.487
Outros	58	88	6.043	5.943
	<b>58</b>	<b>4.684</b>	<b>133.241</b>	<b>167.486</b>
<b>Circulante</b>	<b>58</b>	<b>4.684</b>	<b>133.241</b>	<b>167.486</b>

**Notas Explicativas****Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**(i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS**

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- a) parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- b) inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários);
- c) redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos legais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;
- d) não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- e) utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas; e
- f) parcelamento em até 180 vezes, atualizado pela Selic.

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, a Companhia, em 31 de março de 2012, prestou as informações necessárias à consolidação das modalidades de parcelamento.

Em janeiro de 2014, a Companhia quitou o referido parcelamento e está no aguardo da homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB.

**22. Taxas Regulamentares**

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Programa de Eficiência Energética – PEE	156.782	147.795
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	63.125	60.432
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	66.768	67.381
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.854	4.838
Reserva Global de Reversão – RGR	253	278
Uso do Bem Público	4.225	5.007
Outros	1.043	1.049
	<b>301.050</b>	<b>286.780</b>
<b>Circulante</b>	<b>124.639</b>	<b>174.621</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>176.411</b>	<b>112.159</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### 23. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	51	-	-	-
Cíveis	1.207	-	-	-
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
	<b>10.039</b>	<b>8.781</b>	<b>7.890</b>	<b>7.890</b>

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	29.524	29.522
Trabalhistas	54.475	51.334	70.713	75.612
Cíveis	40.636	42.240	374.948	349.137
Regulatórias	46.405	46.405	51.435	51.534
	<b>145.298</b>	<b>143.761</b>	<b>526.620</b>	<b>505.805</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>8.781</b>	<b>7.890</b>	<b>143.761</b>	<b>505.805</b>
Adições	1.258	-	13.719	33.667
Baixas	-	-	(12.182)	(12.852)
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>10.039</b>	<b>7.890</b>	<b>145.298</b>	<b>526.620</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

#### a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

**Notas Explicativas****b) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

A principal ação refere-se as provisões trabalhistas movidas pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 mil. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

**c) Contingências Cíveis**

Decorre principalmente da ação impetrada pelo Ministério Público Federal acerca da Reposição Tarifária Extraordinária – RTE de 2003, homologada pela ANEEL no valor de R\$220.115, bem como de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Ainda em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

**d) Contingências Regulatórias**

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

## Notas Explicativas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas**

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Descrição</b>		
Natureza:		
Tributárias	2.043	2.055
Trabalhistas	751	681
Cíveis	25.356	24.079
Regulatórias	15.172	15.172
	<b>43.322</b>	<b>41.987</b>

**24. Passivo Atuarial**

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>593.528</b>	<b>598.387</b>
Plano Misto/Transitório (a)	593.528	598.387
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>399.608</b>	<b>461.102</b>
Plano Celos Saúde (b)	175.322	196.867
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	4.045	10.803
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	189.487	223.750
Outros Benefícios (e)	30.754	29.682
<b>Total</b>	<b>993.136</b>	<b>1.059.489</b>
<b>Circulante</b>	<b>168.186</b>	<b>172.275</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>824.950</b>	<b>887.214</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

**a) Planos Previdenciários**

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

**Notas Explicativas**

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**b) Plano Celos Saúde**

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

**c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI**

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 30 de junho de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 1.007 beneficiários.

**d) Programa de Demissão Voluntária – PDV**

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de junho de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 179 beneficiários.

## Notas Explicativas

**e) Outros Benefícios**

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

**24.1. Resultados da Avaliação Atuarial****a) Evolução do Valor Presente das Obrigações**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.672.550</b>	<b>898.700</b>	<b>144.271</b>	<b>34.882</b>	<b>288.814</b>	<b>6.584</b>	<b>33.044</b>
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	(357)	(4.066)	(19.070)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	142.834	75.951	10.262	2.156	20.978	571	2.793
Benefícios Pagos no Ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(305.093)	(212.586)	123.234	(5.677)	930	1.412	(5.886)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.423.843</b>	<b>694.101</b>	<b>232.467</b>	<b>10.803</b>	<b>223.750</b>	<b>8.371</b>	<b>29.041</b>

**b) Evolução do Valor Justo dos Ativos**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.185.284</b>	<b>377.531</b>	<b>19.978</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.662</b>	<b>-</b>
Benefícios Pagos no Ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Contribuições da Patrocinadora Vertida no Ano	32.481	30.328	31.936	20.558	86.972	196	910
Juros sobre Ativo	101.900	32.094	1.499	-	-	752	(75)
Ganho/Perda sobre Ativos	(47.814)	(42.258)	8.417	-	-	(1.684)	75
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.185.760</b>	<b>333.797</b>	<b>35.600</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.730</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Passivo/Ativo Atuarial Líquido Total a ser Reconhecido em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(487.266)</b>	<b>(521.169)</b>	<b>(124.293)</b>	<b>(34.882)</b>	<b>(288.814)</b>	<b>2.078</b>	<b>(33.044)</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Benefícios Concedidos	1.146.538	694.089	212.398	10.803	223.750	1.362	27.383
Benefícios a Conceder	277.305	12	20.069	-	-	7.009	1.658
Valor justo dos ativos	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Superávit /Déficit	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)
<b>Passivo/Ativo Atuarial Líquido Total a ser Reconhecido em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(238.083)</b>	<b>(360.304)</b>	<b>(196.867)</b>	<b>(10.803)</b>	<b>(223.750)</b>	<b>(641)</b>	<b>(29.041)</b>

**d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício no Primeiro Semestre de 2014**

Descrição	30 de junho 2014	30 de junho 2013
Plano Transitório	16.786	22.498
Plano Misto	11.546	21.928
Plano Pecúlio	1.629	1.306
PDVI 2002	301	1.078
PDVI 2012	10.145	10.489
Plano Médico	(2.976)	6.891
	<b>37.431</b>	<b>64.190</b>

**e) Hipóteses Atuariais e Econômicas**

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2013
Taxa de Desconto	11,18%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	11,18%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,67%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,67%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,50%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,50%

**Notas Explicativas****Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**f) Hipóteses Biométricas**

Descrição	31 de dezembro 2013
Mortalidade Geral	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949
Entrada em Invalidez	Ligth Média agravada em 25%

**g) Despesa Estimada para o Exercício de 2014**

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2014 <sup>9</sup>
Plano Transitório	33.571
Plano Misto	23.091
Plano Pecúlio	61
PDVI 2002	601
PDV 2012	20.290
Plano Médico	(5.950)
Outros Benefícios	3.196
	74.860

**25. Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

<sup>9</sup> As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

## Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	1.918.600	8,33	2.176.200	5,64
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	993.152	6,40	8.307.959	36,05	9.301.111	24,11
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$174.335 em 30 de junho de 2014 e R\$190.313 em 31 de dezembro de 2013, no Patrimônio Líquido:

	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
<i>Deemed Cost</i> – Celesc G	88.957	104.935
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	85.378	85.378
	<b>174.335</b>	<b>190.313</b>

**c) Lucro/Prejuízo Diluído por Ação**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de junho de 2014 e de 2013 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações trimestrais.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas



## d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	<u>30 de junho 2014</u>	<u>Consolidado 30 de junho 2013</u>
<b>Média ponderada de ações (em milhares):</b>		
Ações ordinárias nominativas - ON	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas - PN	23.044	23.044
<b>Lucro/prejuízo básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):</b>		
Ações ordinárias nominativas - ON	(0,2004)	(1,5376)
Ações preferenciais nominativas - PN	(0,2205)	(1,6914)
<b>Lucro/prejuízo básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):</b>		
Ações ordinárias nominativas - ON	(3.111)	(23.875)
Ações preferenciais nominativas - PN	(5.081)	(38.977)
	<u><b>(8.192)</b></u>	<u><b>(62.852)</b></u>

## 26. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	<u>Consolidado</u>
				<u>Segurado</u>
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2014	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2014 à 31.12.2015	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2014 à 31.12.2014	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2013 à 13.05.2015	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	18.768

## 27. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, são as seguintes:

## Notas Explicativas



30 de junho de 2014					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	2.566.893	98.999	(881)	2.665.011
Custo das vendas	-	(2.383.108)	(16.792)	881	(2.399.019)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>183.785</b>	<b>82.207</b>	<b>-</b>	<b>265.992</b>
Despesas com vendas	-	(74.318)	(320)	-	(74.638)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.333)	(138.052)	(3.059)	-	(154.444)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	(44.729)	(1.024)	-	(45.735)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.952	-	(2.206)	13.915	15.661
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(9.363)</b>	<b>(73.314)</b>	<b>75.598</b>	<b>13.915</b>	<b>6.836</b>
Receitas financeiras	2.219	117.714	6.291	-	126.224
Despesas financeiras	(1.048)	(83.231)	(496)	-	(84.775)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>1.171</b>	<b>34.483</b>	<b>5.795</b>	<b>-</b>	<b>41.449</b>
<b>Lucro antes IR e CSLL</b>	<b>(8.192)</b>	<b>(38.831)</b>	<b>81.393</b>	<b>13.915</b>	<b>48.285</b>
IR e CSLL	-	(30.137)	(26.340)	-	(56.477)
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>(8.192)</b>	<b>(68.968)</b>	<b>55.053</b>	<b>13.915</b>	<b>(8.192)</b>
Informações suplementares					
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.135.250</b>	<b>5.086.077</b>	<b>381.274</b>		
<b>Total dos passivos</b>	<b>12.350</b>	<b>3.617.352</b>	<b>50.582</b>		

30 de junho de 2013					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	2.321.868	45.683	(870)	2.366.681
Custo das Vendas	-	(1.854.636)	(16.699)	870	(1.870.465)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>467.232</b>	<b>28.984</b>	<b>-</b>	<b>496.216</b>
Despesas com Vendas	-	(107.342)	-	-	(107.342)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.697)	(172.346)	(4.923)	-	(194.966)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(80.855)	(2.371)	-	(83.226)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(46.851)	-	(228)	59.385	12.306
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(64.548)</b>	<b>106.689</b>	<b>21.462</b>	<b>59.385</b>	<b>122.988</b>
Receitas Financeiras	2.462	66.052	4.221	-	72.735
Despesas Financeiras	(766)	(42.242)	(465)	-	(43.473)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.696</b>	<b>23.810</b>	<b>3.756</b>	<b>-</b>	<b>29.262</b>
<b>Lucro antes IRPJ e CSLL</b>	<b>(62.852)</b>	<b>130.499</b>	<b>25.218</b>	<b>59.385</b>	<b>152.250</b>
IRPJ e CSLL	-	(215.113)	11	-	(215.102)
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>(62.852)</b>	<b>(84.614)</b>	<b>25.229</b>	<b>59.385</b>	<b>(62.852)</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.725.312</b>	<b>5.063.107</b>	<b>319.545</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>10.831</b>	<b>3.928.213</b>	<b>35.352</b>		

## 27.1. Receita Operacional Consolidada

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.880.070	2.430.807
Suprimento de Energia Elétrica (a)	148.910	72.209
Disponibilização da Rede Elétrica	109.057	111.438
Arrendamento e Aluguéis	7.942	22.181
Renda de Prestação de Serviços	794	1.732
Energia Elétrica de Curto Prazo	255.373	390.260
Outras Receitas Operacionais	4.474	5.101
Doações e Subvenções (i)	198.366	133.121
Receita de Construção	132.823	122.997
	<b>3.737.809</b>	<b>3.289.846</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(679.682)	(570.288)
PIS	(57.621)	(51.155)
COFINS	(265.412)	(235.620)
ISS	(1)	(97)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.517)	(3.498)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(45.091)	(29.029)
Conta Consumo Combustíveis – CCC	-	(12.610)
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(11.737)	(10.819)
Programa Eficiência Energética – PEE	(11.737)	(10.049)
	<b>(1.072.798)</b>	<b>(923.165)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>2.665.011</b>	<b>2.366.681</b>

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE nos meses de janeiro a junho de 2014 foi de R\$190.803. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$7.563.

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013
Residencial	2.042.992	1.972.755	2.813.403	2.475.423	1.033.456	821.404
Industrial	98.514	94.718	2.379.614	2.278.208	805.709	722.715
Comercial	236.038	226.426	1.948.399	1.758.270	707.847	602.757
Rural	232.015	230.400	691.345	619.754	151.107	123.911
Poder Público	21.134	20.406	217.039	194.729	73.562	67.062
Iluminação Pública	562	520	283.780	268.405	61.218	50.272
Serviço Público	2.623	2.546	162.121	157.006	47.171	42.686
CCEE	-	-	-	-	-	10.537
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.633.878</b>	<b>2.547.771</b>	<b>8.495.701</b>	<b>7.751.795</b>	<b>2.880.070</b>	<b>2.441.344</b>
Suprimento de Energia	82	62	882.538	763.018	148.910	72.209
<b>Total</b>	<b>2.633.960</b>	<b>2.547.833</b>	<b>9.378.239</b>	<b>8.514.813</b>	<b>3.028.980</b>	<b>2.513.553</b>

(i) Informações não revisadas

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## 27.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de junho de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.001.031	-	-	-	2.001.031
Pessoal (b)	134.727	51.707	17.649	6.927	211.010
Administradores	-	2.993	-	-	2.993
Despesa Atuarial	-	37.431	-	-	37.431
Entidade de Previdência Privada (b)	7.290	2.200	907	-	10.397
Material	7.907	2.600	-	-	10.507
Custo de Construção	132.823	-	-	-	132.823
Custos e Serviços de Terceiros	32.184	32.840	40.255	223	105.502
Depreciação e Amortização	91.064	17.052	-	-	108.116
Provisões Líquidas	(14.086)	-	98	20.815	6.827
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.921	2.921
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	468	468
Outros Custos e Despesas	6.079	7.621	15.729	14.381	43.810
	<b>2.399.019</b>	<b>154.444</b>	<b>74.638</b>	<b>45.735</b>	<b>2.673.836</b>

Descrição	30 de junho de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.476.310	-	-	-	1.476.310
Pessoal (b)	147.563	58.938	18.628	7.178	232.307
Administradores	-	4.389	-	-	4.389
Despesa Atuarial	-	64.190	-	-	64.190
Entidade de Previdência Privada (b)	8.317	2.406	1.000	-	11.723
Material	5.917	2.532	1	-	8.450
Custo de Construção	122.997	-	-	-	122.997
Custos e Serviços de Terceiros	30.170	38.285	33.939	264	102.658
Depreciação e Amortização	86.476	15.632	-	-	102.108
Provisões Líquidas	(14.083)	-	11.421	60.421	57.759
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	5.669	5.669
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	480	480
Outros Custos e Despesas	6.798	8.594	42.353	9.214	66.959
	<b>1.870.465</b>	<b>194.966</b>	<b>107.342</b>	<b>83.226</b>	<b>2.255.999</b>

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

## Notas Explicativas



Descrição	30 de junho 2014	GWh (i)	30 de junho 2013	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	62.807	121	235.627	2.184
Tractebel Energia S.A.	14.484	195	198.598	398
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	32.404	325	137.181	137
Petrobras S.A. – Ute Governador Leon	-	-	-	-
Termoelétricas Petrobras S.A.	31.200	238	123.845	408
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	-	-
Energética Camacari Muricy S.A.	107.019	802	95.824	119
Furnas Centrais Elétricas S.A.	53.766	121	94.492	772
Arembepe Energia S.A.	248.160	2.077	94.033	119
Cemig Geração e Transmissão S.A.	92.699	668	74.661	495
Companhia Energética Potiguar	17.061	101	70.634	66
Companhia Energética de São Paulo S.A.	16.226	100	58.028	442
Copel Geração e Transmissão S.A.	81.027	500	57.923	468
Energética Suape II S.A.	16.158	25	44.127	101
Eletrobras Termonuclear S.A.	61.808	480	38.410	252
Enguia Gen Ba Ltda	61.441	473	32.327	5
Porto do Pecem Geração de Energia	21.326	97	32.041	234
Usina Xavantes S.A.	(225.993)	-	22.460	18
Lages Bioenergética Ltda	35.274	19	20.349	96
Foz do Chapecó Energia S.A.	58.592	363	16.287	102
Bretech Energia S.A.	206.313	1.385	16.020	25
Companhia Energética Estreito	58.613	103	15.572	102
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	-	-	15.191	16
Candeias Energia S.A.	-	-	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	47.434	101	14.694	120
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	-	-
Borborema Energética S.A.	-	-	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	64.431	139	11.450	192
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	-	-
Santo Antônio Energia S.A	16.956	69	-	-
Companhia Energética de Petrolina – CEP	23.839	122	105.759	99
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	139.389	-	-	-
Outros	32.691	68	134.765	2.423
	<b>1.375.125</b>	<b>8.692</b>	<b>1.760.298</b>	<b>9.378</b>
Encargo de Uso da Rede Elétrica	143.973	-	273.716	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	420.179	790	82.565	-
Proinfa	61.754	192	56.751	188
Recuperação de Despesas	-	-	(697.020)	-
	<b>625.906</b>	<b>982</b>	<b>(283.988)</b>	<b>188</b>
	<b>2.001.031</b>	<b>9.674</b>	<b>1.476.310</b>	<b>9.566</b>

(i) Informações não revisadas

**(i) Lei nº 12.783/13, Decretos nº 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14 – Aporte CDE/CCEE**

Conforme descrito na nota 1.1. item “e” a informação semestral de 30 de junho de 2014, a Lei nº 12.783/13, o Decreto nº 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto nº 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

## Notas Explicativas



O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$875.220 no primeiro semestre de 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia de Curto Prazo em contrapartida a outros créditos na rubrica Outros Créditos a Receber – Conta ACR e Subsídio Decreto 7.891/2013, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais.

## b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	8.466	8.540	118.487	131.620
Encargos Sociais	41	-	42.927	48.355
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	6.342	7.205
Benefícios Assistenciais	-	-	13.398	12.347
Provisões e Indenizações	33	130	29.746	32.738
Outros	98	42	110	42
<b>Entidade de Previdência Privada</b>	-	-	10.397	11.723
	<b>8.638</b>	<b>8.712</b>	<b>221.407</b>	<b>244.030</b>

## 27.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de Aplicações Financeiras	1.735	759	20.279	5.866
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	26.126	26.409
Variações Monetárias	-	-	3.900	3.256
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	7.350	8.700
Deságio Fornecedor	-	-	-	37
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	5.447	3.353
Renda de dividendos	5	-	5	-
Receita Financeira de VNR	-	-	57.968	15.604
Outras Receitas Financeiras	479	1.703	5.149	9.510
	<b>2.219</b>	<b>2.462</b>	<b>126.224</b>	<b>72.735</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	-	-	(14.765)	(15.098)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(2.374)	(5.604)
Variações Monetárias	-	-	(3.540)	(64)
Amortização do Ágio	(986)	(763)	(986)	(763)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(10.380)	(7.748)
Despesa Financeira de VNR	-	-	(26.082)	(3.929)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(15.639)	(2.978)
Outras Despesas Financeiras	(63)	(3)	(11.010)	(7.289)
	<b>(1.049)</b>	<b>(766)</b>	<b>(84.776)</b>	<b>(43.473)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.170</b>	<b>1.696</b>	<b>41.448</b>	<b>29.262</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## 28. Informações Complementares da Celesc D

### 28.1. Balanço Patrimonial

	<b>30 de junho 2014</b>	<b>31 de dezembro 2013</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.748.500</b>	<b>1.572.563</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	497.184	583.995
Contas a Receber de Clientes	755.061	776.223
Estoques	9.699	11.948
Tributos a Recuperar	53.188	91.680
Conta Amb.Contr.Regulada	168.658	-
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	190.803	31.801
Outros Créditos	73.907	76.916
<b>Não Circulante</b>	<b>3.337.577</b>	<b>3.387.795</b>
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.719.698	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	6.893	7.170
Tributos Diferidos	286.379	316.517
Tributos a Recuperar	25.285	10.335
Depósitos Judiciais	135.171	134.908
Outros Créditos	1.577	2.960
Intangível	162.574	233.192
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.086.077</b>	<b>4.960.358</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.413.041</b>	<b>1.450.872</b>
Fornecedores	585.080	555.279
Empréstimos e Financiamentos	266.298	199.686
Debêntures	3.927	4.631
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	111.010	108.575
Tributos e Contribuições Sociais	101.341	142.617
Dividendos Propostos	-	35.449
Taxas Regulamentares	122.548	172.565
Previdência Privada	9.898	14.263
Passivo Atuarial	168.169	172.275
Outros Passivos	44.770	45.532
<b>Não Circulante</b>	<b>2.204.311</b>	<b>1.970.730</b>
Empréstimos e Financiamentos	388.901	178.953
Debêntures	298.585	298.402
Taxas Regulamentares	173.799	108.716
Passivo Atuarial	824.950	887.214
Provisão para Contingências	515.601	494.970
Outros Passivos	2.475	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.468.725</b>	<b>1.538.756</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Ajustes de Avaliação Patrimonial	85.378	85.378
Reservas de Lucro	398.725	399.788
Lucro/Prejuízo Acumulado	(68.968)	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>5.086.077</b>	<b>4.960.358</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**28.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE**

Descrição	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>2.566.893</b>	<b>2.321.868</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	2.434.070	2.198.871
Receita de Construção	132.823	122.997
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(2.383.108)</b>	<b>(1.854.636)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.250.285)	(1.731.639)
Custo de Construção	(132.823)	(122.997)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>183.785</b>	<b>467.232</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(257.099)</b>	<b>(360.543)</b>
Despesas com Vendas	(74.318)	(107.342)
Despesas Gerais e Administrativas	(138.052)	(172.346)
Outras Despesas Operacionais	(44.729)	(80.855)
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(73.314)</b>	<b>106.689</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>34.483</b>	<b>23.810</b>
Receitas Financeiras	117.714	66.052
Despesas Financeiras	(83.231)	(42.242)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(38.831)</b>	<b>130.499</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(30.137)</b>	<b>(215.113)</b>
Diferido	(30.137)	(215.113)
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>(68.968)</b>	<b>(84.614)</b>

**28.2.1. Receita Operacional**

Descrição	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.857.608	2.406.772
Suprimento de Energia Elétrica (a)	64.639	52.548
Disponibilização da Rede Elétrica	109.938	112.308
Energia de Curto Prazo	255.373	379.723
Outras Receitas Operacionais	211.576	162.135
Receita de Construção	132.823	122.997
	<b>3.631.957</b>	<b>3.236.483</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(679.682)	(566.165)
PIS	(56.513)	(50.365)
COFINS	(260.303)	(231.983)
ISS	(1)	(97)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(3.498)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(45.091)	(29.029)
Conta Consumo Combustíveis – CCC	-	(12.610)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(11.737)	(10.819)
Programa Eficiência Energética – PEE	(11.737)	(10.049)
Outros Encargos	-	-
	<b>(1.065.064)</b>	<b>(914.615)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>2.566.893</b>	<b>2.321.868</b>

## Notas Explicativas



## a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013	30 de junho 2014	30 de junho 2013
	Residencial	2.042.992	1.972.755	2.813.403	2.475.423	1.033.456
Industrial	98.505	94.705	2.273.336	2.183.910	789.986	703.980
Comercial	236.037	226.425	1.903.016	1.732.979	701.108	597.457
Rural	232.015	230.400	691.345	619.754	151.107	123.911
Poder Público	21.134	20.406	217.039	194.729	73.562	67.062
Iluminação Pública	562	520	283.780	268.405	61.218	50.272
Serviço Público	2.623	2.546	162.121	157.006	47.171	42.686
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.633.868</b>	<b>2.547.757</b>	<b>8.344.040</b>	<b>7.632.206</b>	<b>2.857.608</b>	<b>2.406.772</b>
Suprimento de Energia	46	47	718.570	641.742	64.639	52.548
<b>Total</b>	<b>2.633.914</b>	<b>2.547.804</b>	<b>9.062.610</b>	<b>8.273.948</b>	<b>2.922.247</b>	<b>2.459.320</b>

(i) Informações não revisadas

## 28.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2014				
	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas / Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	2.000.864	-	-	-	<b>2.000.864</b>
Pessoal	131.498	40.869	17.549	6.927	<b>196.843</b>
Despesa Atuarial	-	37.431	-	-	<b>37.431</b>
Entidade de Previdência Privada	7.290	2.200	907	-	<b>10.397</b>
Material	7.824	2.591	-	-	<b>10.415</b>
Custo de Construção	132.823	-	-	-	<b>132.823</b>
Custo e Serviços de Terceiros	31.205	31.135	40.065	223	<b>102.628</b>
Depreciação e Amortização	65.526	16.694	-	-	<b>82.220</b>
Provisões Líquidas	-	-	98	20.631	<b>20.729</b>
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.643	<b>2.643</b>
Outros Custos de Despesas	6.078	7.132	15.699	14.305	<b>43.214</b>
	<b>2.551.766</b>	<b>138.052</b>	<b>74.318</b>	<b>44.729</b>	<b>2.640.207</b>

Descrição	30 de junho de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.171.790	-	-	-	<b>2.171.790</b>
Pessoal	144.809	46.673	18.628	7.178	<b>217.288</b>
Administradores	-	10	-	-	<b>10</b>
Despesa Atuarial	-	64.190	-	-	<b>64.190</b>
Entidade Previdência Privada	8.317	2.406	1.000	-	<b>11.723</b>
Material	5.888	2.512	1	-	<b>8.401</b>
Custo de Construção	122.997	-	-	-	<b>122.997</b>
Custos e Serviços de Terceiros	29.336	33.297	33.939	264	<b>96.836</b>
Depreciação e Amortização	61.725	15.262	-	-	<b>76.987</b>
Provisões Líquidas	-	-	11.421	59.244	<b>70.665</b>
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	5.578	<b>5.578</b>
Outros Custos e Despesas	(690.226)	7.996	42.353	8.591	<b>(631.286)</b>
	<b>1.854.636</b>	<b>172.346</b>	<b>107.342</b>	<b>80.855</b>	<b>2.215.179</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## 29. Informações Complementares da Celesc G

### 29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Circulante</b>	<b>125.192</b>	<b>62.996</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	104.183	50.505
Contas a Receber de Clientes	16.592	12.180
Estoques	10	10
Tributos a Recuperar	4.407	301
<b>Não Circulante</b>	<b>256.082</b>	<b>262.156</b>
Tributos a Recuperar	83	83
Tributos Diferidos	-	-
Depósitos Judiciais	88	72
Investimentos	35.992	31.668
Imobilizado	211.024	221.068
Intangível	8.895	9.265
<b>Total do Ativo</b>	<b>381.274</b>	<b>325.152</b>
Passivo	30 de junho 2014	31 de dezembro 2013
<b>Circulante</b>	<b>35.713</b>	<b>29.492</b>
Fornecedores	1.737	2.503
Tributos e Contribuições Sociais	31.842	20.185
Taxas Regulamentares	2.091	2.056
Outros Passivos	43	27
Dividendos Propostos		4.721
<b>Não Circulante</b>	<b>14.869</b>	<b>20.021</b>
Tributos Diferidos	9.128	13.633
Provisão para Contingências	3.129	2.945
Taxas Regulamentares	2.612	3.443
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>330.692</b>	<b>275.639</b>
Capital Social Realizado	128.000	128.000
Reservas de Lucro	42.704	42.704
Ajuste de Avaliação Patrimonial	88.957	104.935
Lucro/Prejuízo Acumulado	71.031	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>381.274</b>	<b>325.152</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## 29.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Descrição	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>98.999</b>	<b>45.683</b>
Receita	98.999	45.683
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(16.792)</b>	<b>(16.699)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(16.792)	(16.699)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>82.207</b>	<b>28.984</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(6.609)</b>	<b>(7.522)</b>
Despesas com Vendas	(320)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(3.059)	(4.923)
Outras Despesas Operacionais	(1.024)	(2.371)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(2.206)	(228)
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>75.598</b>	<b>21.462</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>5.795</b>	<b>3.756</b>
Receitas Financeiras	6.291	4.221
Despesas Financeiras	(496)	(465)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>81.393</b>	<b>25.218</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(26.340)</b>	<b>11</b>
Corrente	(30.846)	(3.425)
Diferido	4.506	3.436
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>55.053</b>	<b>25.229</b>

### 29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2014	30 de junho 2013
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	15.723	18.735
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	6.739	5.300
Suprimento de Energia Elétrica (a)	15.376	19.661
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	68.895	10.537
	<b>106.733</b>	<b>54.233</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
ICMS	-	(4.123)
PIS	(1.108)	(790)
COFINS	(5.109)	(3.637)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.517)	-
	<b>(7.734)</b>	<b>(8.550)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>98.999</b>	<b>45.683</b>

## Notas Explicativas



**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>						
Industrial	9	13	106.278	94.298	15.723	18.735
Comercial, Serviços e Outros	1	1	45.383	25.291	6.739	5.300
Suprimento de Energia	36	15	54.141	52.381	15.376	19.661
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	109.827	44.898	68.895	10.537
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>29</b>	<b>315.629</b>	<b>216.868</b>	<b>106.733</b>	<b>54.233</b>

(i) Informações não revisadas.

## 29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.048	-	-	-	1.048
Pessoal	3.229	2.200	100	-	5.529
Material	83	9	-	-	92
Custos e Serviços de Terceiros	979	406	190	-	1.575
Depreciação e Amortização	25.538	356	-	-	25.894
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	468	468
Provisões Líquidas	(14.086)	-	-	184	(13.902)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	278	278
Outros Custos e Despesas	1	88	30	94	213
	<b>16.792</b>	<b>3.059</b>	<b>320</b>	<b>1.024</b>	<b>21.195</b>

Descrição	30 de junho de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.410	-	-	-	2.410
Pessoal	2.754	3.553	-	-	6.307
Material	29	20	-	-	49
Custos e Serviços de Terceiros	834	744	-	-	1.578
Depreciação e Amortização	24.751	370	-	-	25.121
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	480	480
Provisões Líquidas	(14.083)	-	-	1.177	(12.906)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	91	91
Outros Custos e Despesas	4	236	-	623	863
	<b>16.699</b>	<b>4.923</b>	<b>-</b>	<b>2.371</b>	<b>23.993</b>

## 30. Lei nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição

**Notas Explicativas**

**Celesc**  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

para o para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do Método de Equivalência Patrimonial – MEP nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Administração, até 30 de junho de 2014, ainda não decidiu pela adoção antecipada na Celesc, sendo que na Celesc D e Celesc G ela não efetuará a opção pela antecipação.

### 31. Evento Subsequente

#### 31.1 Reajuste Tarifário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.770, de 05 de agosto de 2014, homologou as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

O reposicionamento tarifário da Celesc D é em média 23,21% (vinte e três vírgula vinte e um por cento), sendo 17,96% (dezessete vírgula noventa e seis por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores do Grupo A e B é de 22,62%.

O valor das tarifas a ser praticado pela Celesc D a partir de 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015, pode ser observado na tabela a seguir:

<b>Grupo de Consumo</b>	<b>Variação Tarifária</b>
AT – Alta Tensão (> 230 kV)	22,42%
BT – Baixa Tensão (< 230 kV)	22,76%
<b>Efeito Tarifário Médio AT + BT</b>	<b>22,62%</b>

Fonte: ANEEL

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### 1. Ativos e Passivos Regulatórios

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

#### a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Descrição						Consolidado
	31 de dezembro 2013	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	30 de junho 2014
<b>ATIVO</b>						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	7.368	-	-	245	(5.991)	1.622
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	12.047	-	94	-	12.141
Energia Comprada p/ Revenda	187.143	321.193	(168.658)	41.058	(805)	379.931
Energia Comprada p/ Revenda - LP	95.475	769.191	(653.083)	-	-	211.584
Uso da Rede Básica	2.489	4.422	-	463	-	7.374
Transporte de Energia de Itaipu	951	4	-	33	(747)	241
Proinfa	9.126	5.461	(563)	377	(5.955)	8.446
<b>Total no Ativo</b>	<b>302.552</b>	<b>1.112.318</b>	<b>(822.304)</b>	<b>42.270</b>	<b>(13.498)</b>	<b>621.338</b>
Ativo Circulante	207.077	343.127	(169.222)	42.270	(13.498)	409.754
Ativo Não Circulante	95.475	769.191	(653.082)	-	-	211.584
<b>PASSIVO</b>						
Conta de Desenv. Energético - CDE	(2.318)	-	-	(77)	1.885	(510)
Energia Comprada p/ Revenda - LP	-	(18.395)	18.395	-	-	-
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(64.023)	(162.613)	-	(8.447)	776	(234.307)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS - LP	(27.488)	(53.697)	67.605	-	-	(13.580)
Uso da Rede Básica	(7.856)	-	-	(261)	6.388	(1.729)
<b>Total no Passivo</b>	<b>(101.685)</b>	<b>(234.705)</b>	<b>86.000</b>	<b>(8.785)</b>	<b>9.049</b>	<b>(250.126)</b>
Passivo Circulante	(74.197)	(162.613)	-	(8.785)	9.049	(236.546)
Passivo Não Circulante	(27.488)	(72.092)	86.000	-	-	(13.580)
<b>Saldo da CVA</b>	<b>200.867</b>	<b>877.613</b>	<b>(736.304)</b>	<b>33.485</b>	<b>(4.449)</b>	<b>539.871</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2013	30 de junho 2014
CVA 2013 – Período de 08.08.2012 a 07.08.2013	5.471	1.204
CVA 2014 – Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	195.396	370.008
<b>Total</b>	<b>200.867</b>	<b>371.212</b>

**b) Outros Ativos Regulatórios**

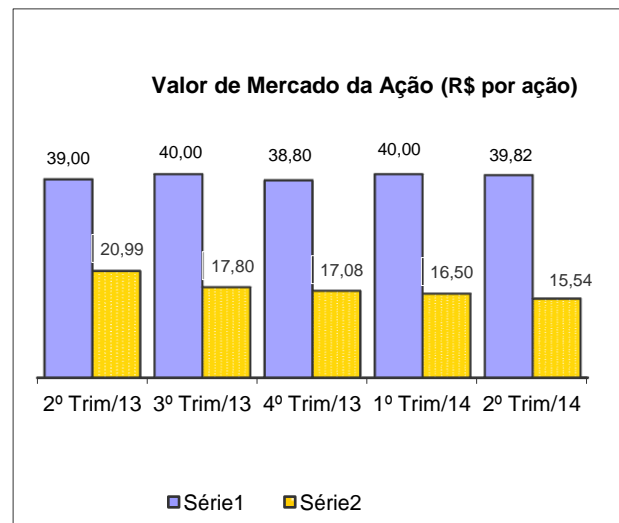
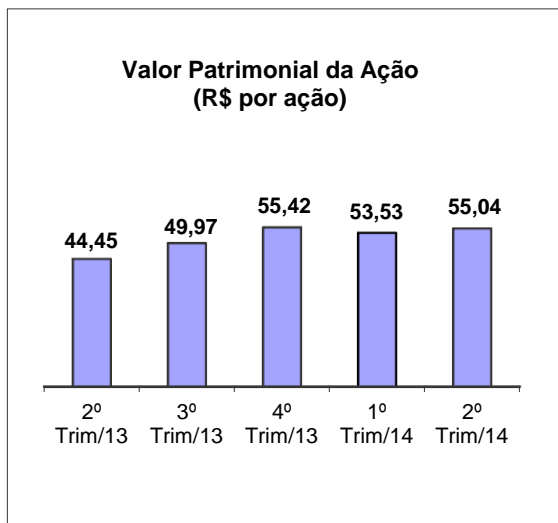
Descrição	Consolidado		
	31 de dezembro 2013	Amortização	30 de junho 2014
Outros Itens Financeiros IRT	53.853	(46.160)	7.693
<b>Total</b>	<b>53.853</b>	<b>(46.160)</b>	<b>7.693</b>
Circulante	53.853	(46.160)	7.693

**c) Outros Passivos Regulatórios**

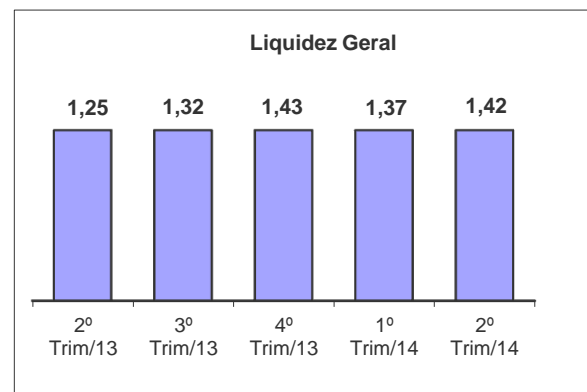
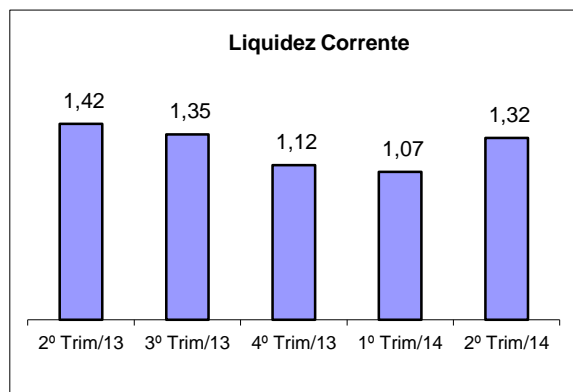
Descrição	Consolidado		
	31 de dezembro 2013	Amortização	30 de junho 2014
Neutralidade Encargos Setoriais	(17.601)	15.087	(2.514)
<b>Total</b>	<b>(17.601)</b>	<b>15.087</b>	<b>(2.514)</b>
Circulante	(17.601)	15.087	(2.514)

**2. Indicadores Financeiros****2.1. Patrimoniais**

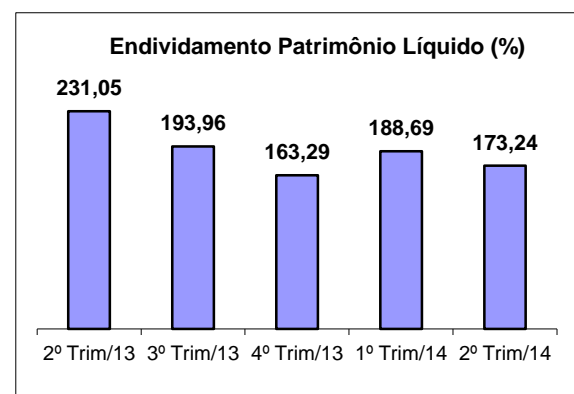
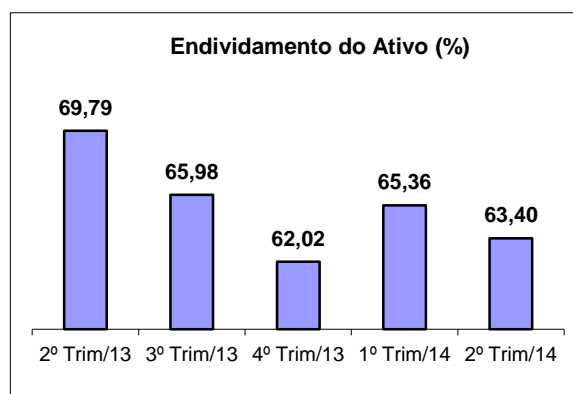
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### 2.2. Liquidez



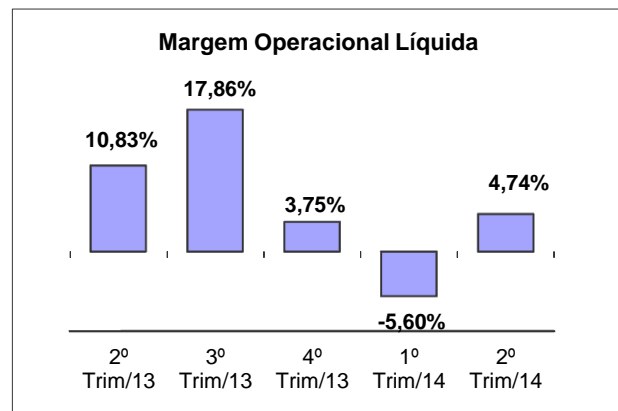
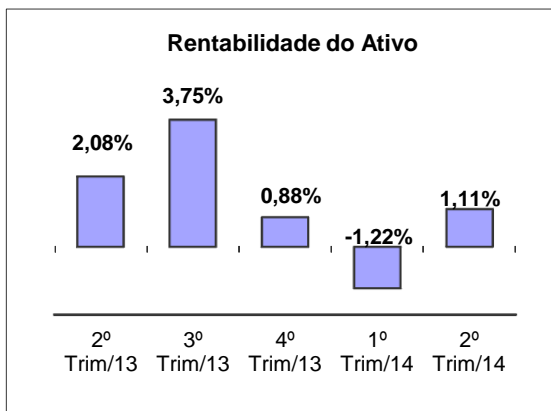
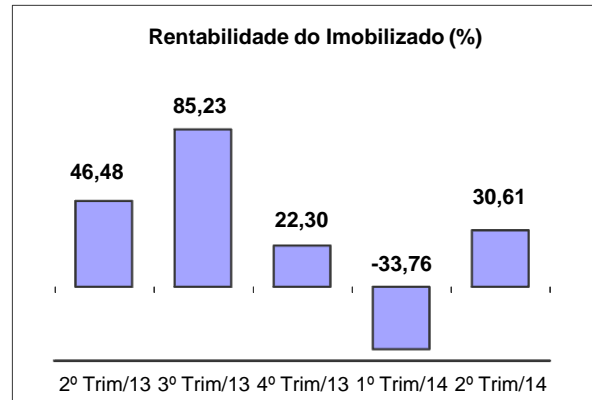
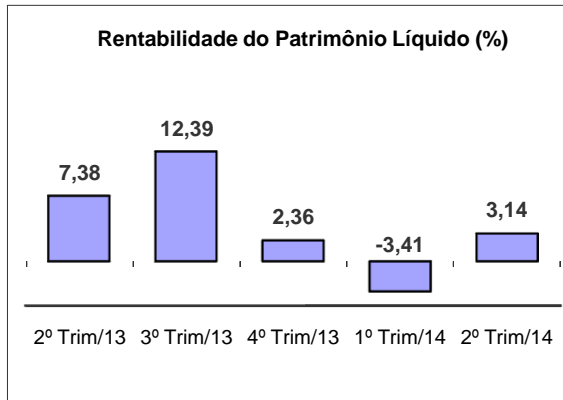
### 2.3. Endividamento



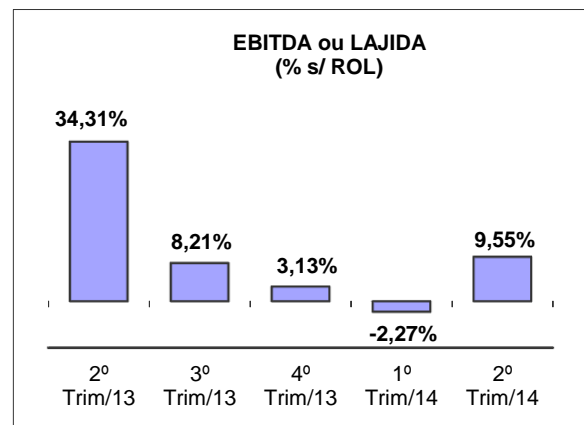
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



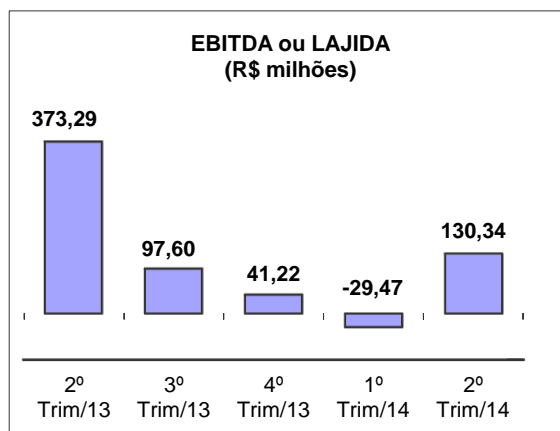
### 2.4. Rentabilidade



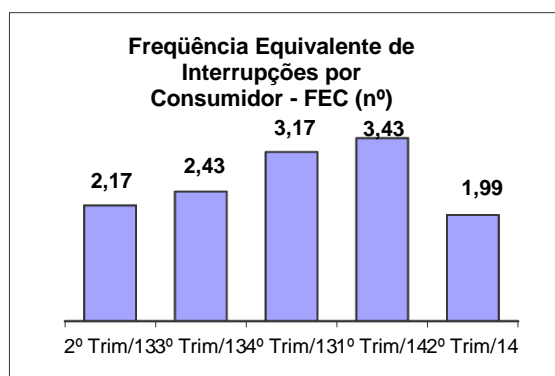
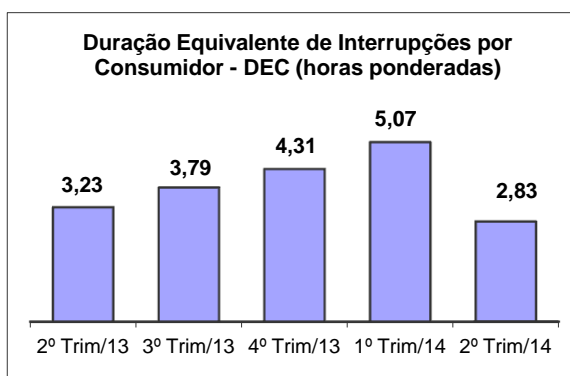
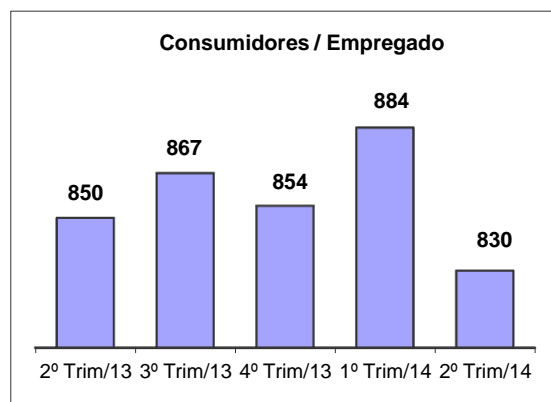
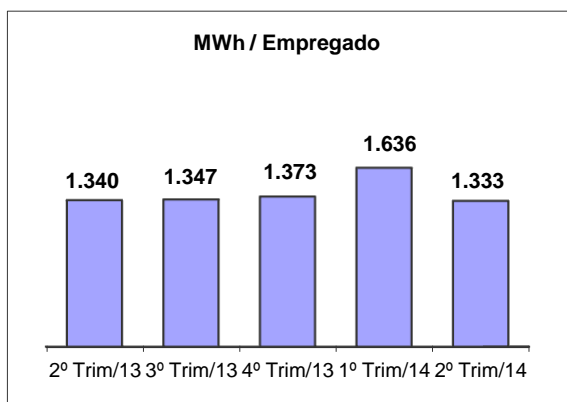
### 2.5. EBITDA ou LAJIDA



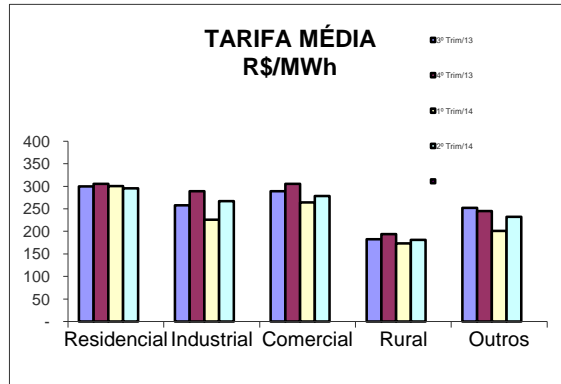
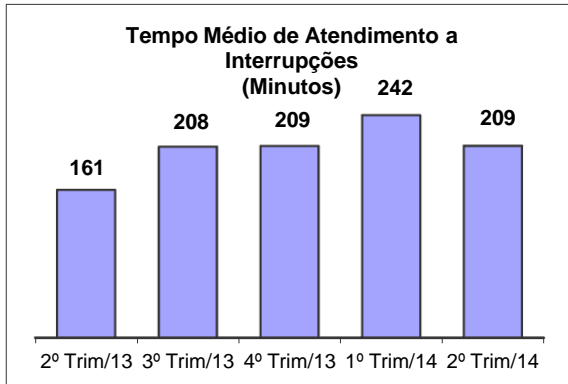
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### 2.6. Eficiência



### Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Ênfase

#### Repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota 27.2, a controlada Celesc Distribuição S.A. contabilizou nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2013 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 13 de agosto de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

Joinville, 13 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Fernando de Souza Leite
Auditores Independentes	Contador
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC	CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

André Luiz Bazzo

Diretor de Gestão Corporativa

---

Antonio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

---

Clairton Belém da Silva

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão

e Novos Negócios

---

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

---

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

---

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2014.

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

André Luiz Bazzo

Diretor de Gestão Corporativa

---

Antonio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

---

Clairton Belém da Silva

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão

e Novos Negócios

---

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

---

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

---

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2014.